

Nota sobre o retorno das atividades educacionais presenciais em Juiz de Fora

Considerando as declarações públicas, reforçando a preocupação com todas as medidas indispensáveis à segurança sanitária e à preservação da vida, foi com surpresa que a APES recebeu a divulgação do termo de acordo assinado, no dia 08 de setembro, entre a Prefeitura de Juiz de Fora e o Ministério Público de Minas Gerais que estabelece o retorno das atividades educacionais presenciais no município. Ainda que tenhamos avançado no aspecto da vacinação, e que tenha sido concluída a aplicação da segunda dose nos profissionais da educação no dia 13/09, não podemos deixar de destacar aspectos contraditórios e preocupantes que estão envolvidos nessa decisão, os quais são fundamentais para o posicionamento que defendemos.

Primeiramente, é importante ressaltar que a Secretaria de Educação não realizou amplo debate com a categoria docente acerca de como se daria o retorno. Isso se evidencia no momento em que o acordo foi assinado, cedendo à pressão do MP e de parte da sociedade, pela reabertura das escolas.

Outro aspecto de fundamental importância diz respeito ao fato de que a maioria das escolas públicas das redes municipal e estadual não conta com infraestrutura física adequada que permita a implementação das medidas descritas no protocolo publicado pela PJJF ainda no mês de julho.

Ao longo de mais de 18 meses de pandemia no país, não houve investimento público na educação para adequação de infraestrutura e contratação de pessoal, algo que poderia ser feito em um planejamento sério e responsável para o retorno de aulas presenciais.

De acordo com a Frente em Defesa da Educação, esse cenário se torna ainda mais grave, quando as verbas previstas para a compra de insumos, diretamente pelas escolas, publicadas nos Atos de governo, sofrem um embargo do MP, o que exige a centralização dos processos de compra e distribuição. A prefeitura anunciou o quantitativo de 20 mil máscaras para atender a cerca de 5 mil docentes da rede, o que é considerado insuficiente. A compra de máscaras para os estudantes, que somam cerca de 47 mil, também será realizada da mesma forma, todavia, ainda não há informações sobre o andamento da compra e qualidade das máscaras.

O coletivo da Frente argumenta ainda que o plano de retorno, na forma como foi apresentado, não respeitará o prazo para imunização completa dos docentes e demais trabalhadores da educação. A recomendação dos órgãos sanitários é de que isso se dá somente 15 dias após a aplicação da segunda dose e já há relatos de escolas que estão buscando adiantar o processo de retorno, com o objetivo de prestar informações presenciais aos responsáveis pelos estudantes.

A atual situação da pandemia na cidade não atende a alguns indicadores fundamentais presentes no plano sanitário elaborado pela própria Prefeitura, como a taxa de reprodução do vírus, e que constam nas orientações da Organização Mundial de Saúde. A vacinação dos adolescentes de 12 a 17 anos, com comorbidades, iniciou-se no último dia 13.

O denominado “ensino híbrido” intensifica e precariza ainda mais o trabalho docente. Um modelo que aumenta a carga de trabalho dos professores e professoras, em condições inadequadas, atendendo a interesses de mercado e comprometendo os interesses didático-pedagógicos. Também contribui ainda mais para a quebra na isonomia de acesso à educação, processo que se acentuou no período da pandemia com o ensino remoto e que irá se aprofundar com a proposta de retorno apresentada.

Defendemos que as discussões e deliberações a respeito deste retorno não podem se restringir aos atores governamentais e devem incluir efetivamente aqueles e aquelas que, além de especialistas na área da educação, trabalharão cotidianamente nas escolas.

Portanto, a diretoria da APES se posiciona contrária ao retorno das aulas presenciais no município, enquanto não forem garantidas as condições de completa imunização de toda a comunidade escolar, bem como as condições de trabalho e de manutenção dos protocolos sanitários nas instalações educacionais. Defendemos uma volta segura da educação com ampliação do investimento público para adequação de infraestrutura e contratação de profissionais da área, garantindo assim segurança sanitária, condições de trabalho e isonomia de acesso à educação.